



Ação conservadora e o golpe brasileiro de 2016: vislumbres da Venezuela de 2002 nos embates entre dependência e desenvolvimentismo

Bernardo Sfredo Miorando ¹

Resumo

O impeachment da presidenta brasileira Dilma Rousseff em 2016 tem sido objeto de intenso debate. Entre os tópicos envolvidos, discute-se se tal evento constituiu ou não um golpe de Estado. Neste artigo, argumenta-se que houve golpe consoante um padrão caracterizado no histórico político brasileiro e que encontra paralelos em outros países latino-americanos, como é o caso da Venezuela. Apresenta-se o substrato histórico no qual emerge o golpe como estruturado em torno a uma dinâmica de dependência. Informadas pela inserção internacional periférica, formas de Estado e sociedade civil latino-americanas, ainda que particulares, contém aspectos comuns que permitem contextualizar melhor o fenômeno do golpe. São exemplo as similaridades presentes na concorrência de sabotagem econômica, manifestações conservadoras e ataque midiático para desestabilizar governos considerados de esquerda. Apontam-se possíveis relações entre os casos venezuelano e brasileiro quanto a movimentações golpistas e disputas por projetos sociais, bem como entre as resoluções dessas tensões e as contradições internas a tais projetos. Sinaliza-se que a superação da atual fase regressiva no Brasil, instalada com a colaboração de movimentos conservadores, depende da exploração das contradições que carrega como projeto.

Palavras chave: golpe; Brasil; Venezuela; dependência; desenvolvimentismo.

Acción conservadora y el golpe brasileño de 2016: atisbos de la Venezuela de 2002 en los embates entre dependencia y desarrollismo

Resumen

El impeachment de la presidenta brasileña Dilma Rousseff en 2016 ha sido objeto de intenso debate. Entre los tópicos involucrados, se discute si tal evento constituyó o no un golpe de Estado. En este artículo, argumentase que hubo golpe en línea con un patrón caracterizado en el histórico político brasileño y que encuentra paralelos en otros países latinoamericanos, como es el caso de Venezuela. Presentase el sustrato histórico en el cual emerge el golpe como estructurado alrededor de una dinámica de dependencia. Informadas por la inserción internacional periférica, formas de Estado y sociedad civil latinoamericanas, aunque particulares, contienen aspectos comunes que permiten mejor contextualizar al fenómeno del golpe. Son ejemplo las similitudes presentes en la concurrencia de sabotaje económico, manifestaciones conservadoras y ataque mediático para desestabilizar gobiernos considerados de izquierda. Explorase posibles relaciones entre los casos venezolano y brasileño en cuanto a orquestacio-

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Licenciando no Curso de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS). Contato: bernardo.sfredo@gmail.com

nes golpistas y disputas por proyectos societales, así como entre las resoluciones de esas tensiones y las contradicciones internas a tales proyectos. Apuntase que la superación del actual período regresivo en Brasil, instalado con la colaboración de movimientos conservadores, depende de la explotación de las contradicciones que carga como proyecto.

Palabras-clave: golpe; Brasil; Venezuela; dependencia; desarrollismo.

Conservative action and the Brazilian coup of 2016: glimpses from the 2002 Venezuela in the clashes between dependency and developmentalism

Summary

The impeachment of Brazilian presidente Dilma Rousseff in 2016 has been object of intense debate. Among the approached topics, it is discussed if such event was or was not a coup d'État. In this article, it is argued that there was a coup aligned to a pattern that is characteristic in the Brazilian political history and that has parallels in other Latin American countries, as is the case of Venezuela. The historical substrate from which the coup emerges is presented as structured around dynamics of dependency. Informed by the peripheral international integration, Latin American forms of state and civil society, albeit harboring particularities, have common features that allow for better contextualizing the coup phenomenon. Examples include the similarities present in the concurrence of economic sabotage, conservative demonstrations and media attacks to destabilize governments deemed as left-leaning. Possible relations are explored between the Venezuelan and the Brazilian cases concerning movements for a coup and the dispute for societal projects, as well as between the resolutions of such tensions and such projects' inner contradictions. It is pointed out that the overcoming of the current regressive phase of Brazilian politics, installed with the collaboration of conservative movements depends on exploring the contradiction it has as a project.

Key words: coup; Brasil; Venezuela; dependency; developmentalism.

Quase sempre cordiais uns para com os outros, sempre duros e implacáveis com subalternos, e insaciáveis na apropriação dos frutos do trabalho alheio. Eles tramam e retramam, há séculos, a malha estreita dentro da qual cresce, deformado, o povo brasileiro. Deformado e constringido e atrasado. E assim é, sabemos agora, porque só assim a velha classe pode manter, sem sobressaltos, este tipo de prosperidade de que ela desfruta, uma prosperidade jamais generalizável aos que a produzem com seu trabalho, mas uma prosperidade sempre suficiente para reproduzir, geração após geração, a riqueza, a distinção e a beleza de nossos ricos, suas mulheres e filhos (RIBEIRO, 1978, p. 12).

É golpe: uma recorrência brasileira e latino-americana

“Traumático” talvez seja o qualificativo mais adequado para designar o ano de 2016 diante da sociedade brasileira. A ruptura com a ordem democrática parece encerrar um ciclo de quase 28 anos inaugurado com a Constituição de 1988 e reconhecido como a “Nova República”. Uma mudança de fase histórica não se caracterizaria apenas pela deposição de

uma presidenta, mas pelas circunstâncias que encetaram esse acontecimento e que se desdobram a partir dele. Entre as questões envolvidas, estão o deslocamento do equilíbrio entre os poderes da República, a alteração do papel das instituições públicas, a recodificação de relações entre partidos políticos, candidatos e sociedade, a relativização até a dissolução do legislado em favor de novas negociações. E o fato de que, sustentado por uma agenda societal regressiva, houve um golpe de Estado.

O impeachment de Dilma Rousseff, eleita presidenta do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi objeto de intensa e diversificada discussão, forçando a assunção de posições políticas e conceituais. Visões mais estritas da noção de “golpe” indicavam que, pela ausência de intervenção militar ou por não haver uma ruptura maior com o ordenamento jurídico-normativo vigente, tudo estaria dentro da normalidade institucional. No entanto, ocorreu o desvirtuamento de dispositivos constitucionais para proceder o impeachment, a tal ponto que políticos mencionaram, após o encerramento da votação, que o mandato da presidenta não estava sendo cassado devido a crime de responsabilidade, mas à insatisfação das frações dominantes da classe política com seu governo. Porém, a sequência de manobras empregada para depor Dilma aponta para uma nova forma histórica de golpe, cuja representação social segue em disputa.

Essa interpretação não é proposta apenas por brasileiros, mas secundada por historiadores estrangeiros, como Vidal (2016), para quem a destituição de Rousseff renova a forma clássica de golpe de Estado. Tal noção se originaria entre os séculos XVI e XVII para designar projetos que estadistas preparam em grande segredo e vão contra o direito comum: “o golpe de Estado seria assim desempenhado por um ator capaz de avançar mascarado no teatro do mundo”; “uma dramaturgia, que leva ao cúmulo a teatralização do poder” (VIDAL, 2016, p. 22). Nessa concepção, caberia entender os acontecimentos no Brasil, que ademais carregam outros ingredientes. Nas modernas democracias liberais, esse mascaramento pode supor o uso de certas personas para expressar seus objetivos. E essas personas podem ser mais potentes na arena pública quando encarnadas por sujeitos coletivos. Essa encenação se articula a uma constituição de imaginário social que deslegitima o governo em questão, especialmente em suas medidas sociais:

A dramatização, antes de tudo, carregada pelas palavras e pelas imagens que a grande imprensa de massas (notadamente Globo e Veja) difundiu após a reeleição de Dilma Rousseff (outubro de 2014) para engendrar o retrato de um país aparelhado por um partido populista e corrompido, sob um modelo de desenvolvimento arcaico, querendo colocar a economia de joelhos ao outorgar generosamente bolsas e direitos sociais aos mais pobres (VIDAL,

2016, p. 22).

Para Michael Löwy (2016) o cinismo do golpe, promovido com um discurso de “combate à corrupção”, está presente na assunção de um vice-presidente que, ao contrário da presidenta deposta, é suspeito corrupção, e ascende ao poder com ministros que precisam renunciar devido a seu envolvimento em escândalos de corrupção:

o golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de “irregularidades contábeis” (LÖWY, 2016, p. 65).

Sendo uma farsa, é também um drama histórico: o golpe é um fenômeno com vastas raízes no tempo e no espaço que, processado no discurso, exprime estrutura. No tempo, no Brasil, tem uma linhagem que remonta a outros eventos traumáticos, coincidentes com ensaios de ciclos desenevolvimentistas que comportaram alguns avanços nos direitos sociais, em 1954 e 1964. No espaço, na conjuntura da América Latina, reage a um ciclo de governo de esquerda no continente que vinha desde os anos 2000. Se bem o conservadorismo na região não tenha oferecido trégua à esquerda, por mais tímida que fosse, nessa última década e meia, agora parece estar disposto a sacrificar de todo a democracia para defender o capitalismo, em especial em sua cara financeira e neoliberal. Entre os fatores que levam a isso, estão “1) a conjuntura econômica difícil, devido à queda dos preços do petróleo e de outras commodities e 2) os limites e as contradições dos processos de mudança nos dois países” (LÖWY, 2016, p. 63).

É golpe, por tanto, por se tratar de artifício jurídico sem bases materiais; por instaurar um programa de governo que é uma inversão do projeto eleito; por envolver elementos de corrupção e desgaste da democracia; por recusar a possibilidade de referendo público, desprezando o resultado da única consulta válida à população dentro do sistema político, a votação. Certo também é que o golpe produz efeitos que não se restringem à estrutura institucionalizada da política. Ele ratifica um estado de degeneração da cultura política, em que posições particulares se acirram e se suprime o espaço de mediação e disputa que caracterizaria uma esfera pública funcional.

Para melhor avaliar o golpe e suas consequências, é preciso considerar os diferentes recursos disponíveis para compreendê-lo. Uma possibilidade é recorrer à exploração de seus fundamentos estruturais e de seus análogos em contextos próximos. Assoma, então, a experiência da deposição temporária de Hugo Chávez na Venezuela em 2002. Quanto a esse

episódio, parece não restar dúvida tratar-se de um golpe de Estado. De fato, houve lá a demonstração mais explícita de força, com a conspiração das forças armadas e a autoproclamação de poder de sujeitos que se encontravam fora do quadro do Estado. Porém, o que se pretende destacar aqui é um elemento comum a ambos os contextos: os “movimentos” conservadores que serviram de instrumento para consubstanciar os golpes. Não se pretende aqui argumentar que se possa considerar esse tipo de manifestação seja uma especificidade, seja uma generalidade latino-americana. Mas entende-se que, como fenômeno histórico, está ligado a uma forma de desenvolvimento peculiar à região.

A dependência cultivada: condição periférica e ação conservadora

Na tradição de estudos do subdesenvolvimento inaugurada por Raúl Prebisch (2011b) em meados do século XX, e desdobrada no seio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), veio a se considerar a formação das economias e sociedades latino-americanas na perspectiva das relações centro-periferia. O elemento central dessa divisão é o papel desempenhado pelos países na divisão internacional do trabalho. Enquanto o centro se encarrega da concepção e produção de mercadorias de demanda dinâmica, à periferia cabe o provimento de alimentos e matérias primas, de procura menos elástica. Além disso, se no centro o setor externo da economia se forma a partir do mercado interno, na periferia, ele é constitutivo do parque produtivo, e desempenha papel central.

Isso está ligado a uma heterogeneidade estrutural, com fragmentação dos mercados e assimetrias nos níveis de produtividade do trabalho entre os setores da economia e no interior de cada setor. Implica, também, maior disparidade nos padrões e níveis de consumo entre as classes sociais na periferia do que no centro. Como elemento de fundo da divisão centro-periferia, permanece distribuição desigual dos frutos do progresso técnico, que contribui para a deterioração dos termos de troca econômica entre centro e periferia, ademais informada por outros fatores. Entre eles, dinâmicas salariais, de poupança e inflação, a condicionar ritmos de crescimento do consumo; e a dependência da periferia em relação à renda do centro para realizar exportações que permitam financiar sua própria industrialização e reduzir sua dependência do centro. Por fim, a industrialização da periferia não é garantia de aumento da sua produtividade ou do *quantum* produzido, colocando dificuldades à transformação estrutural.

A constatação da singularidade da situação de subdesenvolvimento e dependência das economias latino-americanas suscitou a formulação de teoria e doutrina que visavam a

superar essa condição. Essas proposições informaram um corpo de conceitos e experiências que viria a se denominar como desenvolvimentismo. De acordo com Pedro Fonseca (2015, p. 20-21, grifos do original), esse complexo histórico e conceitual encontraria como variáveis comuns:

1. A existência de um *projeto deliberado* ou *estratégia* tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a *projeto nacional*, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
2. A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.
3. A *industrialização*, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário.

Porém, as estratégias desenvolvidas pela *intelligentsia* econômica do continente deixaram um flanco crítico a descoberto. Como lembra Ruy Mauro Marini (1994), “a exigência de uma política centrada na superação do subdesenvolvimento repousava sobre outro elemento-chave: a concepção de Estado como algo situado acima da sociedade capaz de se dotar de uma racionalidade própria”. Mobilizar frações de classe que, dentro do sistema capitalista, costumam exercer a hegemonia e, conseqüentemente, estar mais interessadas na estabilização do que no crescimento para um projeto é um terreno contraditório

Deve-se assinalar que todos os autores concebem o desenvolvimentismo como fenômeno circunscrito a economias capitalistas e vários deles salientam que os governos precisaram constituir base social e política para executar o projeto, embora tais segmentos variem de um autor para outro. O ponto comum é que o projeto sempre passa por aumento da produção e da produtividade (o qual, às vezes, é tratado eufemisticamente como modernização), trazendo-o à centralidade da formulação da política econômica, no que se afasta da ortodoxia, cuja prioridade, em geral, é a estabilização. Percebe-se, ainda, que uma variável contextual *perpassa* ou *está subentendida em todas elas* e, por isso, será explorada com mais acuidade na seção a seguir: *a consciência ou ato deliberado de alterar o status quo* (FONSECA, 2015, p. 21, grifos do original).

Porém, pode-se avaliar que a forma de apropriação das proposições desenvolvimentistas pelo Estado foi modulada pelo *status quo*, na medida em que não houve a formação de uma coalizão que se opusesse ao interesse conservador das classes dominantes, mas o conciliasse com ensaios de feições desenvolvimentistas. Há constrições maiores devido à forma característica da governança dependente. O fenômeno da dependência se desenvolve

historicamente na estrutura definida da divisão internacional do trabalho entre o centro capitalista e a América Latina da seguinte maneira:

como uma relação de subordinação entre nações formalmente independente, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência não pode ser por fim senão mais dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela envolve (MARINI, 1973, p. 111).

A reprodução da dependência se fortalece à medida que

O interesse econômico dos grupos dominantes dos centros combina-se com interesses estratégicos, ideológicos e políticos que neles formam uma constelação de onde surgem fenômenos obstinados de dependência nas relações centro-periferia. Nessas relações articula-se o interesse econômico dos grupos dominantes dos centros com os dos países periféricos [...] (PREBISCH, 2011a, p. 636).

Dessa maneira, ainda que diversos governos nacionais da região tenham incorporado aspectos do discurso desenvolvimentista em seu planejamento econômico, não houve esforços sistemáticos capazes de reverter as mazelas antidemocráticas que acompanham o subdesenvolvimento latino-americano. Pelo contrário, pela própria dinâmica da dependência, pode-se afirmar que os fenômenos de dominação de classe e opressão adquiriram novas nuances por dentro do Estado, tomando novos contornos. No quadro teórico dessa questão, Theotonio dos Santos (2011a, p. 8) lembra que a dependência condiciona “não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política”. As teorias da dependência, portanto,

colocavam a necessidade de situar o movimento repressivo triunfante em 1964 no contexto da expansão do capitalismo mundial e como expressão de sua cara dependente e não nas interpretações que o atribuíam às sobrevivências do feudalismo ou ao atraso econômico. [...] Do lado da classe dominante, mesmo do novo setor industrial nacional, tendia-se à repressão e a garantir uma acumulação de capital subordinada ao capital internacional, para conter o lado popular desta nova fase do capitalismo (SANTOS, 2011b, p. 24).

As resultantes reacionárias das disputas pelo Estado comprometeriam, assim, os próprios fundamentos econômicos do desenvolvimento. Esse condicionamento lançaria o projeto desenvolvimentista em trajetória decadente, tanto do ponto de vista dos resultados obtidos na modernização dos esquemas de produção quanto do ponto de vista ideológico. As rupturas nas fases republicanas brasileiras estiveram eivadas de contradição quanto à

promoção do “interesse nacional”, frequentemente relido em referência às necessidades da acumulação capitalista transnacional. Mesmo em períodos de democratização essa contradição foi evitada, e não resolvida. Sua preservação seguiu retornando, sob uma forma ou outra de ação conservadora, sempre que as forças de democratização pudessem contrariar os imperativos do capital. As táticas de conciliação que evitaram encarar a superação desse conflito ensejaram processos de decadência ideológica das facções governantes brasileiras.

Para György Lukács (1981), em análise marxiana, a decadência ideológica está ligada a mudanças de etapas das dinâmicas sociais, em que o centro do cenário histórico se desloca com a reconfiguração das lutas de classes. Nesse contexto, a raiz da decadência ideológica está na traição, pelas frações de classe que ascendem ao poder, dos ideais democráticos que abraçaram para lá chegar. Ela se manifesta como a perda da cientificidade das teorias propugnadas por esses grupos uma vez que deixam a condição de subalternidade e seu interesse passa do desvelamento das contradições da realidade para um imperativo de conservação em que se justificam os compromissos de classe. Com isso, renega de forma mistificadora as razões dos conflitos sociais. Dando as costas para as contradições da realidade, gera outras, entre produção da teoria, experiência da realidade e prática da política. Ainda segundo Lukács (1981), esse tipo de procedimento ideológico é especialmente propício a maus entendimentos sobre as crises da democracia, e perigoso nas “soluções” que engendra para suas superações.

Por certo, a heterogeneidade estrutural é, em si, heterogênea, e os projetos de desenvolvimento se desdobraram de forma diferente em diferentes contextos socioeconômicos. Vania Bambirra (1999), por exemplo, distingue entre tipos de estruturas no contexto da situação global de dependência, situando Brasil em Venezuela em diferentes grupos. O Brasil seria um país com começo de industrialização antiga. Já a Venezuela estaria entre os países cuja industrialização foi produto da integração monopólica. Como a industrialização, pilar do desenvolvimento, engendra diferentes relações sociais, são diferentes também as contradições a que estão sujeitas tais sociedades. Tensões afloram conforme os setores econômicos dominantes e as estratégias estatais vão-se modificando e desencontrando ao longo do tempo.

Assim, um ponto comum é que no desenvolvimento dependente legado pela colonialidade, as possibilidades de participação política passam por peculiares condições de subcidadania. Forjam-se formas de cidadania regulada (SANTOS, 1987), que estratificam os sujeitos e limitam quem tem acesso à enunciação na disputa por projetos de sociedade. A seletividade se dá com o pressuposto de que algumas ocupações são “mais importantes” que

outras, conforme o grupo social ou a atividade econômica a que estão associadas (SOUZA, 2000). Impulsos desenvolvimentistas – como a industrialização –, ao introduzirem novas variáveis na relações de produção – como a máquina –, desestabilizam os esquemas tradicionais de poder. O Estado vai criando estratificações profissionais funcionais às fases e modos de acumulação. Quando as elites tradicionais não são capazes de se apropriarem dos mecanismos de Estado o suficiente para guiar esse processo, e este porta projetos com caracteres divergentes, uma confrontação se desenha.

Por quem dobram as panelas: conservadorismo em manifestação pró-golpe

Como propõe a teoria desenvolvida desde meados do último século, esse tipo de configuração estrutural não é singular ao Brasil, mas apresenta elementos comuns com outros países da América Latina. Aqui como alhures heterogeneidade e dependência configuram a ação conservadora, ou seja, a intervenção no espaço político para instaurar e reforçar “uma ‘ordem legal’ e um ‘discurso político-social’ que permite silenciar o que não pode ser visto, jogando a culpa de todas as mazelas sociais. É uma dominação construída para permitir e justificar a drenagem de recursos de todos para poucos bolsos” (SOUZA, 2016, p. 24). Para Jessé de Souza (2016, p. 83), trata-se de definir uma

“linha do moralismo”, como mais uma forma de alternativa de produzir solidariedade interna entre os privilegiados e de permitir formas aparentemente legítimas de exercer preconceito e racismo de classe contra os de baixo. A linha do moralismo é a linha divisória imaginária que separa aqueles que se percebem como superiores, posto que se escandalizam com a corrupção política partidária e estatal, daqueles que não se sensibilizam com esse tema. [...] A linha da moralidade permite, poratno, que o voto e a visão de mundo de alguns, no caso de frações de classe média, sejam considerados melhores e mais racionais do que os de outros – no caso de classes populares –, que são desqualificados como irracionais e fruto de compra populista.

Esse tipo de atividade e agenda ideológica constrói o que Jessé de Souza (2016) denomina “hegemonia liberal-conservadora”, pautada na associação entre interesses da elite do dinheiro, operação da mídia conservadora e ativismo de classe média. Como superestrutura, está em linha com os efeitos na infraestrutura do que João Manuel Cardoso de Mello (1997, p. 126) denomina “contra-revolução liberal-conservadora”, referindo-se a como, nos anos 1990, a desvalorização do trabalho reforçava caracteres periféricos “do desemprego estrutural, da heterogeneidade social, da dualidade do mercado de trabalho, da decadência de regiões inteiras e da desintegração industrial”.

Ao tomar outros momentos de tensionamento das hierarquias tanto no sistema internacional quanto na sociedade nacional, há semelhanças, por exemplo, entre recursos de ação conservadora acionados na escalada de tensão social que precedeu o golpe civil-militar de 1964 e no contexto que culminou com o golpe militar no Chile, em 1973 (MARINGONI, 2004). Mas elementos dessas táticas foram empregados regularmente em episódios que não constituíram paroxismos, mas expressaram conflito entre os interesses da remuneração do trabalho e da soberania nacional, de um lado, e da exploração internacional no sistema centro-periferia, de outro. É ilustrativo a esse respeito o caso da greve dos petroleiros no Brasil de 1995 (A GREVE..., 2015).

Em tempos de acirramento das tensões sociais, e especialmente nos momentos em que as forças reacionárias necessitam se afirmar para disputar a hegemonia do projeto de sociedade, um aparato regressivo se ativa num complexo de intervenções na cena pública. Argumenta-se aqui que, assim como os “golpes tradicionais”, com intervenção de força física, o golpe de “tipo novo” apoia-se num composto de ação conservadora, acionando recursos como sabotagem econômica, mobilização de massas e manipulação midiática. Porém, neste caso, a relação de protagonismo entre as formas de intervenção se desloca. Em especial após a guerra fria, essa ação tem tanto mais sucesso em seu intento quanto mais consegue mascarar seu caráter de orquestração e de tradução política de uma estrutura produtiva e distributiva desigual para se promover como espontânea e expressiva da vontade popular e do interesse nacional.

De fato, Jessé de Souza (2000) adverte cuidado na análise de movimentos populares de manifestação por mudanças políticas no Brasil, mesmo aqueles com uma agenda de democratização, como os protestos pelas eleições diretas e pelo impeachment de Fernando Collor:

Se é inegável o caráter abrangentemente popular dessas manifestações, a inspiração, a direção e a forma e conteúdo das mesmas mostram uma preponderância da classe média. A própria forma das manifestações, por meio de “buzinaços”, carreatas ou passeatas de estudantes secundaristas de classe média, na sua maioria, ilustram o que quero ressaltar (SOUZA, 2000, p. 268).

Esse tipo de manobra consiste em fazer parecer coincidir o que seja o “clamor popular” com o interesse das elites golpistas. Para Löwy (2016, p. 63), isso demonstra “a capacidade das forças burguesa e oligárquicas de manipular, enganar e desorientar setores significativos da população, graças a seu monopólio dos meios de comunicação”.

Venezuela

A condição da Venezuela como país que se industrializa através da integração monopólica, segundo a classificação de Bambilra (1999) efetuada na década de 1970, praticamente não se modificou nas décadas seguintes. Mesmo os governos de Hugo Chávez, eleito pela primeira vez em 1998, e reeleito posteriormente em 2000, 2006 e 2012 não alteraram significativamente a matriz econômica baseada na exportação de petróleo. Mas o mais significativo aqui é que

A atividade petroleira criou uma casta aparatada da sociedade. Seus vencimentos, costumes e modo de vida são balizados pelos padrões das grandes transnacionais do setor. Os executivos ganham em dólar. As chefias constituem a *nomina mayor*, ou *la gente del petróleo*, e formaram um duríssimo foco de resistência a qualquer tipo de reforma. Sentem-se inseguros e ao mesmo tempo relutam em perder espaços conquistados (MARINGONI, 2004, p. 183).

De certa forma, isso faz com que se possa identificar com certa facilidade a agenda do golpe de 2002 com o setor ligado à expropriação da renda do petróleo e do trabalho petroleiro. Essa conexão, já bastante explícita na intervenção em abril de 2002, se torna ainda mais clara na sabotagem econômica que, aparecendo inicialmente no período que antecede o golpe, ficaria patente em toda sua crueza no locaute que se estenderia de outubro daquele ano até fevereiro de 2003. Ao longo de todo esse tempo, a manipulação midiática cumpriria seu papel de adjuvante do golpe (BRITTO GARCÍA, 2009), motivando e dirigindo as manifestações populares que usaria como elemento de legitimidade para sustentar as ações golpistas, interna e internacionalmente.

Segundo Niebel Hoever (2013), a Venezuela de 2002 reunia, como condições para um golpe de Estado: a presença de uma oligarquia que começava a ser deslocada da cena política, mas ainda não excluída; uma participação política limitada a uma classe pequena; influência externa limitada – aos Estados Unidos; um centro político localizado – Caracas; e, se houver outra instituição “não política” que tenha ingerência sobre o Estado, esta deve estar neutra ou consentir o golpe – o que foi o caso do pessoal diretivo da Petróleos de Venezuela, S.A. (PDVSA), identificado com a oposição antichavista. Apresentava, porém, um diferencial em relação a golpes “tradicionais”: “o golpe de Estado do século XXI se esconde por trás de um suposto ‘movimento democrático de massas’ que pretender derrubar o ‘tirano’” (NIEBEL HOEVER, 2013, p. 319).

Ainda segundo o autor, as transformações decorrentes dos traumas das ditaduras

latino-americanas e do triunfalismo da queda do Muro de Berlim plasmaram a imagem de que mudanças de regime legítimas deveriam decorrer de “movimentos de massas”: “daí se explica porque posteriormente quase todos os golpes de Estado na América Latina ou foram procedidos por uma suposta ‘mobilização de massas’ ou por um procedimento ‘jurídico’” (NIEBEL HOEVER, 2013, p. 319). Ao mesmo tempo, promoviam-se os meios de comunicação de massa de alinhamento antigovernista como os “informantes legítimos”. Nessa confluência de fatores, a ação midiática levada a cabo pelos golpistas construiu uma campanha de reiterada representação enviesada do governo, penetrando também os meios acadêmicos, fortaleceu, nos diferentes segmentos domésticos e no meio internacional, a demanda pela deposição do presidente.

A campanha contra o governo de Chávez nos meios de comunicação de massa corporativos se intensificara desde 2001. Em abril de 2002, divulgando as mensagens de grupo das forças armadas que havia conclamado a população a apoiar seu intento golpista, os maiores veículos midiáticos convocaram manifestações populares conservadoras em protestos contra o governo e por sua suplantação. A partir do dia 9, Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio (Fedecâmaras) convoca uma paralisação nacional, inclusive com a sabotagem de plantas produtivas, à qual adere a Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV), agremiação sindical minoritária e cuja diretoria teria sido escolhida de forma suspeita. O *paro* tem efeito limitado, mas sua representação é amplificada na cobertura dos meios de comunicação.

Se “o caminho encontrado pelo que se convencionou chamar de antichavismo foi ir para as ruas”, “panelaços, buzinaços e rojões contrastavam com um absoluto estupor nos cerros, [...] grandes áreas faveladas, permaneciam praticamente em silêncio” (MARINGONI, 2009, p. 126; 133). No dia 11, uma marcha, concentrada em frente à sede da PDVSA, foi desviada do trajeto oficialmente acordado para se dirigir até a sede do governo, no Palácio de Miraflores (BRITTO GARCÍA, 2009). Como recorda Earle Herrera (2009, p. 12; 13),

A marcha era cívica, mas quem tinha a palavra não era a sociedade civil, como criam alguns marchantes, mas os militares, como sabia a mídia. [...] Tratava-se de mostrar ao mundo que o povo venezuelano repudiava o governo deposto, e por isso convocavam grupos de vivos a tentar linchar os perseguidos.

Contra essa mobilização, ocorreu uma manifestação governista, que foi alvo de franco-atiradores, e houve mortos. Alguns bolivarianos, portando armas, responderam ao ataque. Embora a real sequência da alteração tenha sido registrada em vídeo:

As televisões privadas manipularam estas imagens de tal maneira que parecia que os simpatizantes do presidente haviam causado as mortes. Desta forma, os conspiradores haviam criado o pretexto de que necessitavam para se sublevar. Uma vez mais, os meios de comunicação privados os respaldaram emitindo o vídeo que alguns generais e almirantes haviam gravado no dia anterior para chamar à insurreição. O Governo e seu presidente queriam se dirigir à opinião pública, mas o canal estatal VTV e as emissoras de rádio foram sucessivamente tirados do ar (NIEBEL HOEVER, 2013, p. 323).

Incidindo juntamente com a repressão policial, a desinformação buscava atemorizar os chavistas para que não se manifestassem e também incitar o resto da população contra esse grupo (A REVOLUÇÃO..., 2003). Mas desde o dia 12 de abril, essa parte do povo voltou às ruas, cercando as sedes de instituições públicas (HERRERA, 2009). Várias divisões militares se insubordinaram contra a ordem do golpe, questionando a detenção do presidente legítimo. O argumento apresentado, de que ele havia renunciado e deixado um “vazio de poder”, não mais se sustentava. Com medo de um ataque, os golpistas evacuaram Miraflores, que foi retomado pela Guarda de Honra, e Hugo Chávez foi reconduzido de volta à presidência (MARINGONI, 2004; 2009).

Mas o golpe não se esgotou na primeira fase militarizada, com a deposição e restituição de Hugo Chávez à presidência. Durante o tempo em que se organizou uma Mesa de Negociação e Acordos entre os dois lados do conflito, os golpistas planejaram e executaram novas intervenções. Pelo lado das manifestações públicas, seguiram-se as marchas antichavistas e “em outubro de 2002, os militares envolvidos no golpe de abril e absolvidos pelo Tribunal Supremo tomaram a Praça Francia de Altamira e declararam seu perímetro e zonas adjacentes ‘território liberado’” (HERRERA, 2009, p. 14). Pelo lado da sabotagem econômica, em 2 de dezembro, Fedcámaras e CTV convocam novo *paro general*, que se desgastou em três dias, com recusa dos trabalhadores em aderir ao locaute. Então, desde as diretorias da PDVSA, desencadeia-se um *paro petrolero* em escala nacional. À conspiração se somou o uso dos navios da marinha mercante para promover um bloqueio naval.

Para Maringoni (2004, p. 47), se bem “não aconteceram maciças concentrações populares à altura das jornadas do outono anterior”, o *paro* “colocou o governo diante de um risco mais concreto, por conseguir abalar a estrutura produtiva, a credibilidade e a autoridade governamental numa escala muito maior”. Porém, a grande massa do povo, manipulada para se revoltar contra o governo pela privação de bens e serviços básicos, compreendeu os esquemas em andamento, e não se voltou contra este, mas contra os autores do *paro*. Dessa

forma, o locaute, segunda iteração do golpe, fracassou pela consciência e pela resistência do povo, bem como por suas próprias fragilidades e contradições internas:

O conflito esteve dirigido pelas cúpulas da Fedecámaras, CTV, Gente do Petróleo e os donos da mídia. [...] Presos em seu próprio túnel, esperaram por um pronunciamento militar que nunca chegou. As Forças Armadas se deu conta que a PDVSA era um Estado dentro (ou sobre) o Estado. E isso era inaceitável não só por razões constitucionais, mas também desde a perspectiva da doutrina militar. [...] Enquanto isso, o governo, o povo e as Forças Armadas foram pouco a pouco recuperando a indústria petrolífera. Contaram para isso com gerentes e executivos que não abandonaram seu trabalho e com a incorporação de especialistas aposentados (HERRERA, 2009, p. 15).

Bancos e comércios fechado foram voltando a funcionar no início de fevereiro. Após pouco mais de dois meses, o protesto oposicionista havia sido derrotado (MARINGONI, 2004; 2009). Assim, no episódio venezuelano, a sanha dos golpistas por se fazerem revestir de um semblante legalista representou uma contradição que fragilizou seus esforços. A contradição do valor real da ruptura jurídica com o valor proclamado de defesa de ordem legal expôs o golpismo desde a autoproclamação do presidente tentativo Pedro Carmona, então presidente da principal associação empresarial do país, a Fedecámaras, até a dissolução dos poderes constitucionais pelo pretendido procurador-geral, Daniel Romero, que não pertencia à burocracia judiciária. Transparecem aí também as contradições entre as agências envolvidas na ação conservadora que produz o golpe por uma composição de sabotagem econômica, mobilização de massas, e manipulação midiática.

O poder econômico – representado na Fedcámaras, na CTV e em diretorias da PDVSA – age como uma base aglutinadora das forças que não aceitam qualquer ruptura com o esquema dependente. Frações das forças armadas servem como elemento de força moral que constrói a factibilidade do golpe com suas declarações e força física que o concretiza ao desalojar o governo instituído. Ao mesmo tempo outras frações dessas mesmas forças armadas contrarrestam essa influência. O ativismo da mídia tradicional mobiliza o povo – que se instrumentaliza em manifestações de desestabilização – e constrói a narrativa e a realidade política. De outra parte, mídias alternativas e o povo governista disputam essas relações de narrativa e realidade ao trazer resistência para as ruas e demonstrá-la nacionalmente. Por fim, o judiciário, como parte da elite, mostra-se permissivo e ineficaz em seu poder de arbitragem social, a exemplo da absolvição dos militares golpistas. Dessa maneira, se o golpe venezuelano é expressivo do golpe de “novo tipo” em suas agências e agenciamentos, espera-se que seja também em suas fragilidades, ligadas às ambições conflitantes das frações de

classes que o articulam, às assimetrias de confiança e de investimento político pelas partes envolvidas.

Brasil

Uma interpretação vulgar do estruturalismo latino-americano poderia deduzir que, sendo o Brasil um complexo socioeconômico mais sofisticado que a Venezuela, nele jamais triunfaria o mesmo tipo de golpe que lá fracassara. Mas essa seria uma interpretação decadente, alheia ao refinamento da teoria da dependência e, inclusive, anti-histórica ao ignorar que as elites capitalistas operam um aprendizado transnacional da técnica do golpe. Pelo contrário, examinar as razões do ocaso do golpe venezuelano mostra precisamente motivos pelos quais o brasileiro foi triunfante. Na Venezuela:

A insurreição falhou, primeiro, porque seus planejadores negligenciaram a grande simpatia de que Chávez gozou entre o povo e as forças armadas. Segundo, os sublevados careciam de uma sólida base de poder dentro do Estado e da sociedade. Não conseguiram, terceiro, camuflar sua sublevação como um ato constitucional, se não se mostraram como autênticos ditadores. Ademais, os golpistas não conseguiram neutralizar figuras destacadas do campo governamental, como por exemplo o presidente e o procurador-geral. Quinto, a campanha de desinformação se mostrou contraproducente quando, através de internet e de satélite, difundiram-se informações sobre a real situação do país. Por último, sexto, os seguidores do presidente dispunham de um sistema próprio de comunicação que apesar de toda repressão permaneceu intacto (NIEBEL HOEVER, 2013, p. 325-326).

No caso brasileiro, catorze anos após o ocorrido na Venezuela, houve “aprendizagem golpista”, e todas essas falhas foram, de uma forma ou de outra, contrarrestadas. Como exposto acima, tomou-se o cuidado de estabelecer uma narrativa que pudesse evitar ou negar a percepção de golpe, deixando de lado a intervenção pela força física e usando um artifício jurídico. A campanha pelo processo de cassação de mandato por crime de responsabilidade fez-se acompanhar dos componentes destacados de ação conservadora: sabotagem econômica – que será tratado na próxima seção –, mobilização de massas e manipulação midiática. Todos eles fizeram reforçar a imagem de um governo corrupto e ineficiente, que, ainda que não pudesse ser enquadrado como criminoso, deveria ser impedido pelo “conjunto da obra”.

Para Armando Boito Jr. (2016, p. 29), uma das razões do triunfo da “ofensiva neoliberal restauradora” seria justamente “o ingresso da alta classe média como força social ativa e militante no processo político, por intermédio das grandes manifestações de rua”. A este fator estariam também associados a deserção da burguesia interna em relação ao projeto

neodesenvolvimentista e o recuo passivo do governo Dilma diante do conflito. Em meio a protestos contra e a favor do *impeachment*, a cobertura tendenciosa da mídia corporativa fez o possível para apresentar estes de forma mais intensa e positiva, e aqueles de modo esvaziado e agressivo. Do lado conservador, às marchas de rua, sempre aos domingos e em zonas “nobres” das cidades, somaram-se painéis sempre que houvesse um pronunciamento governamental em cadeia nacional – novamente, mais intensa nos bairros de maior renda.

Ainda, na confluência dos fatores de sabotagem econômica, mobilização de massas e manipulação midiática, uma figura se destacava como expressão das elites dependentes e da convicção de que o Estado novo desenvolvimentista representava um custo para a população, advindo da corrupção e da ineficiência. Essa figura foi um grande pato inserido tanto na Avenida Paulista, no coração do maior centro econômico do país, quanto na Esplanada dos Ministérios, o centro nervoso da política nacional. Sua instalação, acompanhada de outros motivos anatídeos, como boias e cartazes, combinava com os dizeres “não vou pagar o pato”. A mensagem foi destinada – com sucesso – à classe média, instada à sublevação para “não pagar a conta” da crise política e econômica que se abateu sobre o Brasil. Mas outras mensagens também foram transmitidas. Ficou claro que a elite brasileira não se dispõe a abrir mão de qualquer parcela de seus ganhos sociais – absolutos ou relativos – para tolerar um projeto de desenvolvimento, mesmo que a alternativa seja a crise generalizada. Ficou claro também que os idealizadores e financiadores do pato, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), estava novamente investindo na erosão da democracia brasileira para preservar seus lucros.

Retomando os motivos da falha do golpe na Venezuela listadas por Niebel Hoever (2013), podemos traçar as razões do sucesso do golpe no Brasil. Em primeiro lugar, após um ano de mau desempenho econômico e com uma base aliada espúria, Dilma já quase não gozava da simpatia do povo. Para isso também contribuiu o intenso noticiamento da crise econômica e de escândalos de corrupção no âmbito da operação Lava-Jato, em que foram acusados sucessivamente diversos nomes ligados ao partido da presidenta. Com relação às forças armadas, seu não envolvimento conteve reminiscências do golpe anterior. Se a facção golpista compreendeu a necessidade de não se envolver diretamente os militares para preservar o semblante de normalidade e legalidade, estes também negociaram sua anuência como parte da elite a ser protegida das perdas impostas pelo golpe. A respeito da reação popular, foram tão significativos os sons das panelas nos bairros ricos como o “silêncio das periferias”, atestando não apenas o sucesso da narrativa golpista como o fracasso da política petista.

Segundo, o segundo mandato de Dilma carecia de apoio da sociedade. Após um ano de afastamento das bases, tinha de lidar ainda com disposições sociais conservadoras cultivadas no golpe anterior, sobretudo entre as classes médias, que o situavam em um campo de esquerda que deveria ser agressivamente combatido. Em termos do Estado, o golpe derivou justamente da base aliada, em especial do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que ocupava importantes posições dentro dos três poderes. No Executivo, nunca deixou a vice-presidência, mesmo declarando oposição à presidenta, e, até os estertores de seu mandato, ocupou também diversos e importantes ministérios. O PMDB também era o partido mais numeroso e detinha a presidência do Senado e da Câmara dos Deputados. Finalmente, o Judiciário, encarnado no Supremo Tribunal Federal (STF), aparecia ora como aliado, especialmente na figura do ministro Gilmar Mendes, ora como aquiescente às manobras golpistas. Da mesma forma que os militares, como corporação, o Judiciário também reconheceu-se e procedeu como elite aliançada que se preservava das perdas sociais do golpe.

Terceiro, a sublevação se deu como manobra política-jurídica, cabas de se camuflar como ato constitucional o suficiente para chegar a termo. Igualmente, quarto, figuras importantes entre os aliados de Dilma foram neutralizadas, tanto pela própria política de alianças do PT em sua decadência ideológica quanto pela perseguição da operação Lava-Jato. A negação da possibilidade de que o ex-presidente Lula assumisse o ministério da Casa Civil junto a Dilma por Mendes, homem forte do PMDB no STF, mostra como a rede golpista foi eficiente em sua atuação. Para isso, quinto, teve o subsídio de ampla campanha de desinformação que se promoveu na mídia tradicional, mas também em canais das redes sociais desde o começo, fazendo predominar a narrativa golpista no “nível dóxico geral” da nação. Por fim, sexto, houve a base de apoio da presidenta não conseguiu se articular a contento, desgastada após um ano de políticas que degeneravam o projeto eleito. Também o PT pareceu capitular e não resistir com toda a força que poderia, calculando que mais ganharia resguardando suas forças para tentar as eleições de 2018.

Como lembra Vidal (2016, p. 22), nessas ocasiões, “o argumento da prudência extraordinária segue para justificar, em nome do interesse superior da nação, a evicção do partido que teria dilapidado a riqueza nacional”. Aparentemente, essa dilapidação se encontraria, na interpretação que conquistou a hegemonia no Brasil, mas não na Venezuela, no ensaio, por tímido e tíbio que seja, de atenuar as desigualdades típicas das sociedades dependentes. Em ambos os países, não foi necessário realizar qualquer intervenção mais profunda na estrutura das relações de produção. De fato, como observa Maringoni (2009, p. 152), o governo Chávez “não logrou modificar profundamente a estrutura econômica da

Venezuela, em que pesem as várias alterações operadas na agenda política nacional. É um problema ainda a ser enfrentado”. O que houve, em caso e em outro, foram tentativas de avançar no sentido da justiça social, intervindo em fenômenos da esfera da distribuição. No caso brasileiro, deu-se outro passo ao sinalizar, via incentivos, ligeiras alterações nos esquemas de produção, dentro do quadro que ficou conhecido como “novo desenvolvimentismo”.

Quem paga o pato, afinal: as reações adversas ao novo desenvolvimentismo

O neodesenvolvimentismo, ou novo desenvolvimentismo, de acordo com Rodrigo Castelo (2010), teria como proposta apresentar uma renovação da agenda desenvolvimentista, adequada às condições do capitalismo contemporâneo. Reconheceria a necessidade de intervenção do Estado na economia e na sociedade para reduzir incertezas inerentes aos mercados capitalistas de modo a “delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país” (CASTELO, 2010, p. 194). Entenderia, portanto, como papel do Estado na economia dirigir os ativos financeiros privados para o investimento produtivo; controlar os fluxos externos de capital, acompanhado de uma política econômica envolvendo “a fixação da taxa de câmbio, a redução das taxas de juros, acúmulo de reservas internacionais, ampliação do crédito bancário e uma política fiscal expansionista”; e aplicar outras medidas como “a constituição de um sistema avançado de educação básica e de inovação tecnológica, mecanismos endógenos e privados de financiamento do investimento produtivo e a segurança jurídica dos contratos e da propriedade privada” (CASTELO, 2010, p. 196). Traria ainda como pressuposto a existência não só de um Estado forte, com capacidades regulatórias, mas de um empresariado nacional forte.

Esses princípios se traduziram no que foi apresentado pelo ministro da Fazenda do primeiro governo Dilma, Guido Mantega, como uma “nova matriz econômica”. Combinando ação estatal nos lados da formação da oferta e da demanda agregada, ela seria configurada através de políticas públicas que incidiam em: redução de juros; uso intensivo do financiamento do investimento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; aposta na indústria como esteio da economia; desoneração fiscal; desenvolvimento da infraestrutura; reforma do setor elétrico; desvalorização do real; controle de capitais; e proteção ao produto nacional (SINGER, 2015).

O projeto novo desenvolvimentista, assim, não trazia em seu bojo a perspectiva de

desalojar o ordenamento das classes sociais, mas, pelo contrário, a conciliação entre as aspirações divergentes desses segmentos. Mais notadamente, apoiavam sua implementação burgueses de “empresas brasileiras inseridas em variados ramos da economia, parte da baixa classe média, a maior parte da classe operária, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal” (BOITO JR., 2016, p. 27). Porém, alguns dos elementos da “nova matriz” iriam suficientemente contra o neoliberalismo para despertar reação conservadora: distribuição de renda e melhores condições de vida para as classes mais baixas, redução das taxas de juros, medidas protecionistas, depreciação cambial e priorização das grandes empresas nacionais em detrimento do capital internacional. Essas diretrizes tiveram a oposição ativa do “campo político neoliberal puro e duro”, que de acordo com Boito Jr. (2016, p. 27), era dirigido

[...] pela fração da burguesia brasileira integrada ao capital internacional, cujas propostas de política econômica e externa preteriam interesses de grupos econômicos brasileiros integrantes da burguesia interna; abertura comercial ampla, compras do Estado e das estatais abertas indiscriminadamente para as empresas estrangeiras, venda das estatais e redução de seus investimentos e alinhamento passivo com os Estados Unidos, entre outras. O capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele associada contavam com o apoio eleitoral da alta classe média. Essa fração de classe sempre deixou entrever sua oposição às políticas sociais dos governos do PT, percebidas como medidas indesejáveis por custarem caro ao Estado e por ameaçarem a posição econômica e social da classe média abastada.

Analisando o governo de Dilma Rousseff em relação à definição de desenvolvimentismo proposta por Fonseca (2015), Alexandre Stein (2016, p. 95) entende que, embora houvesse “um discurso alinhado com o desenvolvimentismo, em [que] se podia identificar um projeto voltado à transformação da base industrial no longo prazo, através da intervenção estatal”, “em sua execução foram deixados de lado instrumentos que visassem à promoção de maiores mudanças estruturais”. O predomínio de medidas de curto prazo e a perda do foco estratégico teriam comprometido a capacidade da política econômica de induzir industrialização dentro de um projeto nacional de superação tecnológica. Razões para tanto estariam na perda de capacidades políticas do governo nas diferentes instâncias de formulação e implementação de políticas, como também na financeirização da economia, em que o retorno dos juros preferíveis aos da atividade industrial.

A falência do ensaio neodesenvolvimentista em sustentar o crescimento econômico na esteira da crise financeira internacional e em obter a legitimação da burguesia e de parcelas das classes médias levou à derrocada do projeto. Ainda antes do golpe, André Singer (2015) reunia cinco interpretações que ajudariam a explicar a migração da burguesia industrial

brasileira ao projeto capitaneado pela fração rentista. A primeira seria a mudança estrutural pela qual a burguesia industrial se apresenta hoje caracterizada pela financeirização de seu capital. A segunda põe acento na luta de classes, com o ascenso do sindicalismo na fase de pleno emprego e o conseqüente afastamento dos empresários que sentiam perder poder. A terceira liga-se à questão ideológica, destacando o sucesso na formulação, difusão e legitimação das críticas ao novo desenvolvimento, seu instrumental e performance. A quarta enfatiza as constrações externas, especialmente o contexto de crise e as pressões do fluxo de capitais. A quinta encadeia as frentes de oposição, considerando que, na defesa do interesse público, “a *quantidade* de interesses empresariais contrariados catalisou a solidariedade intercapitalista” e “acabou por unificar o conjunto do capital contra a ‘nova matriz’” (SINGER, 2015, p. 67, grifo do original).

Parece transparecer mais transversalmente aqui a velha oposição entre a dignificação da remuneração do trabalho – representado nas políticas salariais – e a conservação da remuneração do capital, especialmente o improdutivo – mais visível nas políticas de juros. Por certo, essa luta de classes é atualizada a um novo estágio com a preponderância assumida pela lógica de valor do capital financeiro. A variável emergente a ensejar novas contradições é o crescente entremeamento da lógica e da estratégia do setor financeiro, rentista, no setor produtivo da economia (CASTELO, 2010; SINGER, 2015). Essa conjunção ativa de forma nova as velhas disposições da elite dependente de reagir com golpe a quaisquer dinâmicas que ameacem seu poder relativo na disputa societal. Mais do que um movimento reacionário, trata-se de uma ação para aprofundar a lógica de exploração em formas avançadas.

Chega-se ao golpe, também, com a defecção do centro de gravidade da fração burguesa responsável pela produção industrial nacional. O segmento representado na ação conservadora da Fiesp abandona o compromisso com as políticas que historicamente demandava e que estava contemplada no novo desenvolvimentismo. Nesse caso, o componente do golpe caracterizado por sabotagem econômica por parte das elites se manifestou como “greve de investimentos” (STREECK, 2013), isto é, a recusa daqueles que detêm o capital em aplicá-lo para dirimir efeitos de crise, mesmo com pesados subsídios por parte do governo. O interesse aqui estaria no rebaixamento do custo do trabalho, num contexto de proliferação de greves e aproximação do pleno emprego em nível nacional (SINGER, 2015).

Segundo Castelo (2012), o “novo desenvolvimentismo”, ao abandonar certos pressupostos do desenvolvimentismo, representaria uma decadência ideológica do grupo governante capitaneado pelo PT. Ele constituiria “uma nova etapa da revolução passiva com

acordos entre modernas e arcaicas classes dominantes sob a égide da aristocracia operária” levando a “uma nova fase do capitalismo dependente: sem rupturas, reafirmou-se o desenvolvimento desigual e combinado brasileiro” (CASTELO, 2012, p. 631). Ainda segundo o autor,

O novo desenvolvimentismo fez, portanto, um duplo movimento para reforçar a decadência ideológica do pensamento burguês: ignorou as críticas marxistas [...] realizadas nos anos 1960-70 ao nacional-desenvolvimentismo, críticas que representam uma fase áurea do pensamento social brasileiro, e esvaziou – teórica e politicamente – as contribuições clássicas do nacional-desenvolvimentismo sobre a teoria do valor-trabalho (produção, tecnologia e excedente), a vulnerabilidade externa, o subdesenvolvimento, a dependência e a revolução brasileira [...] (CASTELO, 2012, p. 633-634).

Recuperando Lukács (1981), entende-se que os fatores de decadência incidem quando o ímpeto neodesenvolvimentista falha, na sua dimensão teórica, em reconhecer os componentes contraditórios da realidade em que se praticava, buscando manter um projeto de governo através da conciliação. Está-se diante de duas decadências ideológicas combinadas: essa, por parte do PT, e outra da burguesia industrial nacional, que abandona o projeto de que foi coautora quando considera que os custos de sua consubstanciação estão acima do que considera razoável pagar. Com isso, pode-se derivar que não teve as mesmas condições de manobrar suas contradições internas que teve o bolivarianismo em 2002.

Tais contradições internas eclodem especialmente desde 2013. Do lado oposto ao do empresariado, os setores populares percebem que as políticas do novo desenvolvimentismo “priorizaram não os interesses das grandes massas, mas sim os interesses das grandes empresas nacionais” (BOITO JR., 2016, p. 28). Isso se demarca nas tensões que se acirram, por exemplo, entre sindicalismo e grande burguesia interna; e entre ampliação da escolarização superior e restrição do emprego qualificado sem a correspondente expansão do parque produtivo. De uma parte e de outra, “os próprios beneficiários do neodesenvolvimentismo começavam a retirar seu apoio a essa política” (BOITO JR., 2016, p. 29).

Assim, a decadência ideológica dos partidos que antes representavam a esquerda torna mais difícil a resistência como agrupamento em torno de um projeto hegemônico, de valores partilhados por todo o campo progressista. Ao mesmo tempo, abre espaço para o fortalecimento dos prognósticos reacionários, baseados na primazia de “ordem e progresso” segundo ideais retrógrados do “homem normal” burguês um passado idealizado. Nesse quadro, não surpreende que, assim como o presidente do golpe venezuelano tenha sido

justamente o chefe da organização patronal Fedecámaras, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, ocupe lugar de destaque na definição das políticas e na nomeação das autoridades do governo pós-golpe, anunciado em pronunciamentos públicos.

Sem reduzir as possibilidades explicativas a essa questão, a dinâmica neodesenvolvimentista ajuda a entender por que, entre dois países cujas economias e sociedades se estruturaram pela dependência, os golpes tiveram resultados díspares, e porque, justamente naquele de maior desenvolvimento econômico autônomo, houve sucesso. Advém a hipótese ligada à decadência ideológica e à fidelidade ao projeto e às classes que o esteiam. Na Venezuela, o governo permaneceu leal a seu projeto e, com isso, inspirou sua defesa por várias camadas populares. No Brasil, o novo desenvolvimentismo, se bem já se havia formulado por uma decadência de ideologia anterior, também atravessou outra decadência na dimensão da experimentação. Ou seja, ao ser colocado em prática, como doutrina, apoiou-se mais em seus caracteres de conciliação e concessão do que em seus radicais de desenvolvimento. Isso acabou por nulificar o impulso que teria para promover transformações ao deslocar o equilíbrio tensional entre frações de classe na hegemonia do projeto de condução da economia. No ensaio novo desenvolvimentista, preservaram-se, e não se alteraram, as antigas posições de poder, tanto do ponto de vista da base quanto da superestrutura. Com essa conservação, perdeu-se a oportunidade de neutralizar as possibilidades de ação conservadora para o golpe.

Assim, como no golpe de 1964, o de 2016 apresenta uma cara nacional conservadora e outra internacional, “modernizadora”, que se articulam no autoritarismo dependente. Retomando Santos (2011b), do lado da classe dominante doméstica, mesmo do setor industrial, buscou-se a repressão dos elementos desenvolvimentistas que dificultassem auferir lucros pelo lado financeiro da economia, constringendo-os a manter seus investimentos no lado real. Em associação com a classe rentista internacional, busca-se agora reverter as conquistas e bloquear as demandas populares, também precarizando o trabalho e desregulando o capital, para consolidar nova fase de acumulação flexível já semeada com o neoliberalismo dos anos 1990.

Finalmente, cumpre uma observação sobre a interface com a ação externa para desestabilizar o regime. Se quanto ao caso da Venezuela, há teoria sobre o tópico (NIEBEL HOEVER, 2013), também não se pode deixar de notar a estranha coincidência com que se alinham certos fatos na cronologia do golpe brasileiro. Afinal, a eventos que alvissaram um reposicionamento do Brasil no sistema internacional – a descoberta das reservas petrolíferas do pré-sal brasileiro, o anúncio de seu modelo de exploração de base nacional, as negociações

contra-hegemônicas dos BRICS, da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) – seguem-se a revelação da espionagem de Dilma Rousseff, a colaboração da inteligência estadunidense com o ministério público brasileiro e o desencadeamento da operação Lava-Jato, que viria a fortalecer os argumentos e arranjos golpistas. Cabe, então, indagar: no contexto do capitalismo dependente, que outras agências, menos visíveis e inconfessas, também movem a ação conservadora no tabuleiro da política doméstica?

Dois golpes, duas medidas: para “não esquecer”, cautelas necessárias

Vidal (2016, p. 22) expressou que “o que está em jogo no Brasil é portanto a ressurgência de uma forma clássica de golpe de Estado. E se poderia dizer, com Corneille, que nesse sistema político já sem fôlego ‘jamais o golpe de Estado foi melhor empreendido’”. Sendo ressurgência da forma clássica, é também forma aperfeiçoada do golpe de “novo tipo” que se havia ensaiado na Venezuela. Nesse contexto, vale ter presente as razões pelas quais o atentado ao poder falhou no vizinho do norte, e apreender as cautelas necessárias para a superação da situação brasileira. Talvez a primeira “lição” seja o respeito com a própria história. Os venezuelanos tomaram uma atitude firme e clara em relação ao golpe de *no olvidar, prohibido olvidar* (MARINGONI, 2004; HERRERA, 2009), o que ainda resta por fazer no Brasil em relação à experiência da ditadura instaurada em 1964. Fazem-no os com a consciência de que

No caso específico do golpe de Estado na Venezuela (ano de 2002), a contaminação documental é um elemento com o qual se depararão os estudiosos pelo papel que desempenharam os meios de conspiração. Essa contaminação também faz parte dessa história[...] De maneira que o historiador do futuro encontrará que a fonte que o informa dos acontecimentos foi ao próprio tempo parte dos mesmos, parte protagonista e dirigente e, em não poucos casos, a construtora desses fatos, da realidade que percebeu e em que se moveu a sociedade venezuelana da época estudada (HERRERA, 2009, p. 16).

Esse fenômeno, identificado com a manipulação midiática, não se passa isolado. Como parte da ação conservadora, utiliza-se de um substrato de liberalismo econômico e moralismo para respalda a sabotagem econômica e motivar as manifestações populares conservadoras. Ao destacar aqui essas formas de ação conservadora, não se quer sugerir que não estejam aqui ocorrendo outras variáveis que não a manifestação das estruturas

dependentes. Pelo contrário, a crescente necessidade de legitimação através das manifestações populares e o envolvimento da mídia para produzir e disseminar verdades fabricadas sinalizam para a constelação de fatores que hoje se articulam na produção de um golpe. Aliás, a ação conservadora também não se esgota no golpe. Se na Venezuela houve ainda uma segunda fase de sabotagem econômica, como *paro petrolero*, no Brasil, com o sucesso da tomada do poder, passou-se a consolidá-lo. Como que firmando um atestado do golpe, o antiprojeto da “Ponte para o futuro”, do PMDB, passou a ser implementado, em política antitética ao desenvolvimento como veio a ser entendido desde as teorias da Cepal e da dependência. A manipulação midiática segue sendo instrumento, e cabe observar que papel as manifestações populares ainda irão desempenhar.

Em decadência ideológica, que Lukács (1981, p. 111) identifica na “evasão da realidade, com a fuga no domínio da ideologia ‘pura’”, todos esses fatores concorrem para a produção de uma falsa consciência, de uma “realidade virtual” (BRITTO GARCÍA, 2009; HERRERA, 2009; SOUZA, 2016). No Brasil, com o encobrimento da própria palavra “golpe”, procede-se de forma lenta e sustentada, o que ademais foi experimentado de modo mais dramático na Venezuela:

Assim como as televisoras privadas fazem aparecer uma realidade que não existe – inflam concentrações oposicionistas, convertem em paro total um fechamento patronal parcial, divulgam a renúncia de um presidente que não renunciou – também desaparece a realidade que existe. A experiência sem precedentes do apagão comunicacional – a assombrosa desaparecimento de todo um país de seu próprio espaço midiático – começa com o desencadeamento do operativo do golpe do Estado (BRITTO GARCÍA, 2009, p. 145).

A substituição do abuso da força militar pelo da força “jurídica” seria a jogada de mestre, máscara das máscaras que coroaria o golpe. Suspensa essa fachada, seria possível ver, como na Venezuela, toda a encenação que tomou lugar para operacionalizar o golpe no Brasil. Para além do golpe, o discurso que promove a contrarreforma liberal-conservadora “apaga” a luta cotidiana da população, seu sofrimento e sua resistência. Nos casos aqui tratados, as manifestações conservadoras – por sua agenda moralista, não por sua forma – seriam sintomáticas desse tipo de narrativa.

Uma vez implementado o golpe, em um caso e em outro, sucedem-nos os episódios de violência contra os líderes políticos que antes ocupavam o governo e, sobretudo, contra os manifestantes antigolpe nas ruas. Esses fatos são veiculados na mídia como ação justa e ordeira. No caso venezuelano, a problematização dessa violência se torna elemento potente de articulação da resistência. E esse é um aprendizado ainda incipiente no Brasil.

Na Venezuela, Chávez aprendeu com o golpe fortalecendo seu projeto político internamente com processos de participação popular e externamente com alianças estratégicas e coalizões. No Brasil, se bem passos tenham sido dados nesse sentido, eles foram levados como um projeto radical capaz de fazer frente às dinâmicas dependentes. Não poderiam, assim, mitigar de forma decisiva as forças das táticas golpistas.

Outro fator de grande importância foi a recusa de um segmento estratégico do serviço público – unidades das forças armadas – em reconhecer o governo golpista. Tudo isso contribuiu para que a Guarda de Honra pudesse proporcionar o restabelecimento de Chávez em Miraflores. No Brasil, mesmo os militares aderiram ao antiprojeto golpista em detrimento de um projeto nacional, cooptados pela preservação de seus privilégios de elite de Estado num contexto de deterioração dos direitos sociais.

Mas as fachadas não duram para sempre, e, como lembra Lukács (1981), são minadas de ruptura por suas próprias contradições. O golpe no Brasil também desfralda nova decadência ideológica das elites neoliberais em relação ao ciclo de governos alinhados ao Consenso de Washington na década de 1990. Suas propostas já não se sustentam como modernizadoras – ainda que sob o viés conservador –, como se apresentavam em sua iteração original. Foram falseadas pela experiência históricas. O que antes poderia ser hipocrisia, agora se apresenta como cinismo, e enseja maior resistência.

Aparentemente, no caso da “nova matriz econômica”, houve não só uma decadência ideológica na formulação do projeto, como também outra dimensão de decadência na implementação desse projeto já elaborado de uma ideologia “decaída”, o “novo-desenvolvimentismo”. Nada leva a crer que não ocorra esse mesmo tipo de “segunda fase de degeneração” com a “Ponte para o futuro” e seu ideário neoliberal-conservador. E nova decadência tende a se tornar insustentável, impondo limites à ação conservadora:

A estratégia do golpe uniu vários parceiros com um objetivo comum. Mas agora é a hora de dividir o produto do assalto. Começam os conflitos, começa a desconfiança mútua, comecem todos a acharem que podem ter a fatia maior do butim (SOUZA, 2016, p. 134).

Como escreve Gabriela del Mar Ramírez Pérez (2009, p. 3) na apresentação da obra memorial “Los Documentos del Golpe”,

[...] indiscutivelmente um dos aprendizados mais valiosos foi a compreensão de que a história é escrita pelos vencedores. Só que em abril de 2002, quem se assumia como tal teve que apressar o passo para recolher dos tabuleiros e bancas sua campanha de mentira para justificar o golpe de Estado, enquanto um povo despertava da alienação que um dia a mídia quis

lhe impor.

Em meio à escalada das contradições e disputas, há espaço para o florescimento da resistência. Nela se encontram as possibilidades de uma democracia restaurada em forma mais potente.

Referências

A GREVE do fim do mundo: 20 anos da greve dos petroleiros de maio de 1995. Direção de Carlos Salazar e Carlos Ferreira. São Paulo: Sindipetro/Chave de Válvula Produções, 2015. (97 min.), son., color.

A REVOLUÇÃO não será televisionada. Direção de Kim Bartley e Donnacha Ó Briain. Barna: Power Pictures, 2003. (74 min.), son., color.

BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. 15. ed. México: Siglo Veintiuno, 1999.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-29.

BRITTO GARCÍA, Luis. Epílogo. In: LOS DOCUMENTOS del golpe. 2. Ed. Caracas: El perro y la rana, 2009. p. 143-163.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: _____ (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211.

_____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília: Ipea, 2015. 66p (Texto para Discussão 2103).

HERRERA, Earle. Prólogo. In: LOS DOCUMENTOS del golpe. 2. Ed. Caracas: El perro y la rana, 2009. p. 11-17.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-67.

LUKÁCS, György. A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In: _____. **Georg Lucács: sociologia**. São Paulo: Ática, 1981. p. 109-131.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. In: _____. **América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales** Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre/CLACSO, 2008. p. 107-149.

_____. **La crisis del desarrollismo.** 1994. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/085_crisis_desarrollismo.html>. Acesso em: 26 jan. 2017.

MELLO, João Manuel Cardoso de. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 159-64, dez. 1997

NIEBEL HOEVER, Ingo. Venezuela 2002: el golpe de Estado como instrumento político a principios del siglo XXI. In: UGALDE ZUBIRI, Alexander (Coord.). **América Latina en la turbulencia global: oportunidades, amenazas y desafíos.** Leioa: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2013. p. 315-329.

PREBISCH, Raúl. A periferia latino-americana no sistema global do capitalismo. In: _____. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011a. p. 635-647.

_____. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas [Manifesto Latino-Americano]. In: _____. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011a. p. 95-151.

RÁMIREZ PÉREZ, Gabriela del Mar. Presentación. In: LOS DOCUMENTOS del golpe. 2. Ed. Caracas: El perro y la rana, 2009. p. 3.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. **Encontros com a civilização brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-22, 1978.

SANTOS, Theotonio dos. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 30, p. 5-18, out. 2011a.

_____. Lições da nossa História. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 30, p. 19-36, out. 2011b.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos de Cebrap**, São Paulo, n. 102, p. 43-71, jul. 2015.

SOUZA, Jessé de. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. **A radiografia do golpe:** entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

STEIN, Alexandre de Queiroz. **Desenvolvimentismo no primeiro governo Dilma:** intencionalidade, capacidades políticas e financeirização. 2016. 105 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado:** a crise adiada do capitalismo democrático. Coimbra: Actual, 2013.

VIDAL, Laurent. La mascarade olympique permet d'occulter la tragédie politique. **Le Monde**, Paris, 14/15 jui. 2016. Débats et analyses, p. 22.

Todas as citações de obras cujo original não está em português são traduções livres.